

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO  
 TRIBUNAL DE CONTAS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2015 a ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)</b>	
	<b>LIQUIDADAS (a)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	102.288.343,83	151.168,81
Pessoal Ativo	102.199.327,40	148.622,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	89.016,43	2.545,84
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	2.404.688,96	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.404.688,96	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>99.883.654,87</b>	<b>151.168,81</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% sobre a RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	11.887.670.740,12	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>100.034.823,68</b>	<b>0,842</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	154.539.719,62	1,300
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	146.812.733,64	1,235
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	139.085.747,66	1,170

**FONTE:** Sistema SIGEFES, Unidade Responsável Secretaria de Finanças e Contabilidade, acessado em 18/05/2016 às 14:23 h.

**Nota:**

**1** - Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 17/05/2016 às 15:19 h.

**2** - Na Despesa Bruta com Pessoal, Pessoal Ativo:

a) na coluna Despesas Executadas – Inscritas em Restos a Pagar Não Processados, foi desconsiderado o montante de R\$ 69.331,02 (sessenta e nove mil e trezentos e trinta e um reais e dois centavos), decorrente de cancelamentos de restos a pagar inscritos em dezembro de 2015 e consideradas como despesa realizada no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64, procedidos no primeiro quadrimestre do exercício de 2016.

**Conselheiro SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**  
 Presidente

**FABIANO VALLE BARROS**  
 Diretor Geral de Secretaria

**LAURO AUGUSTO VALLE BARROS**  
 Coordenador do Núcleo de Controle Interno

**JOSÉ CLÁUDIO DEL PUPO**  
 Secretário de Finanças e Contabilidade